



GT: **Teatro**

Eixo Temático: Processos e discursos na formação inicial e continuada de professores de Teatro.

TECENDO FIOS, COSTURANDO HISTÓRIAS: TRAJETÓRIAS DA FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DE ARTES CÊNICAS NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DO RJ.

Elizabeth Corrêa – Núcleo de Arte Copacabana/SME – RJ – Brasil

RESUMO

Esta comunicação tem por objetivo apresentar trajetórias do processo de construção da Formação Continuada dos professores de Artes Cênicas na Rede Pública Municipal de Ensino do Rio de Janeiro após a criação da Lei 5.692/71, onde se tornou obrigatória a inclusão de Educação Artística nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus. Abordará questões em dois períodos: de 1971 a 1990, quando o Teatro foi introduzido nas escolas por professores graduados em outras disciplinas e a partir de 1990, quando a Prefeitura do RJ realiza o primeiro concurso público para a disciplina Artes Cênicas. Em ambos os períodos discute e avalia a aplicabilidade, contribuição e permanência da Formação Continuada como política de aperfeiçoamento da prática docente.

Palavras chaves: Formação Continuada, Artes Cênicas, Professor.

ABSTRACT

This communication has the goal to introduce trajectories of action construction of the continuous teacher formation on performing arts in the Municipal Public schools system of Rio de Janeiro configured it-self after the law 5.692/71, which obliged the inclusion of Art Education in the full curriculum of the elementary schools and high schools establishments. The research is going to approach the issues in two periods: from 1971 to 1990, when the performing arts were introduced in schools by teachers graduated in other subjects and from now on 1990, when the Rio de Janeiro city council to make the first public tender for at performing arts. The both periods discusses and consider the applicability, contribution and permanence of continuous formation as improvement policy of teacher practice.

Key words: Continuous Formation, Performing Arts, Teacher.

O teor dessa comunicação advém de minha Dissertação de Mestrado Profissional em Ensino de Artes Cênicas, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro / UNIRIO, defendida em maio de 2015. O objeto de pesquisa em questão é a história do processo de construção da Formação Continuada dos professores de Artes Cênicas da Rede Pública Municipal de Ensino do RJ, a partir de 1971.

Nesta comunicação apresento trajetórias desse processo de construção de Formação Continuada / FC que considero relevantes, e que possam apresentar ao leitor uma compreensão do desenvolvimento desta ação pedagógica nos contextos históricos, políticos e culturais nestas quatro décadas.

Considerarei a importância do tema, visto que, entre outras, a Rede Pública Municipal de Ensino do RJ, atualmente com 1.457 unidades escolares, 1.008 de Ensino Fundamental e 449 de Educação Infantil, é uma das maiores redes de ensino da América Latina, e que nesta história são protagonistas, instituição, no caso a Secretaria Municipal de Educação / SME e os professores de Artes Cênicas / AC a que a ela estão vinculados.

Considerarei também, que ao dar visibilidade e valorizar essas iniciativas na área da docência das AC na rede pública, significaria ampliar o conhecimento acerca de práticas e pesquisas em busca de metodologias para o ensino do Teatro, bem como abrir espaço para divulgação e compartilhamento dessas ações com outras redes públicas do país.

Até a criação da Lei 5.692/71, o ensino de Teatro nas escolas públicas não estava inserido na matriz curricular. A prática se dava a partir da iniciativa dos profissionais de educação, fossem eles professores, coordenadores ou diretores, sensíveis ou conscientes da importância desta linguagem artística junto à educação e formação do aluno como cidadão, ampliando sua percepção de si, do outro e do mundo.

A partir de sua criação e da obrigatoriedade do ensino do Teatro na Rede Pública, é que vão surgir as novas propostas no âmbito da formação de professores. O Conselho Federal de Educação / CFE reformulou os currículos dos cursos de Teatro em nível superior, criando a Licenciatura em Educação Artística / Habilitação em Artes Cênicas e o Bacharelado em Artes Cênicas, com as Habilitações Direção Teatral, Cenografia, Interpretação e Teoria do Teatro.

Após a criação da Lei 5.692/71, visto a não existência da Licenciatura Plena / LP em AC no RJ, o treinamento de professores para exercer tal função, se tornou necessário. Portanto existem dois períodos de FC, de 1971 a 1990 (em 1988 formou-se a primeira turma em LP em AC, na UNIRIO), e após 1990, quando professores habilitados entraram em campo, através do primeiro concurso público promovido pela SME oferecendo a disciplina AC no seu quadro funcional.

O período até 1990, caracterizou-se pela busca de como habilitar o professor, e após 1990, pela atualização com as novas metodologias da pedagogia teatral, participando a UNIRIO de ações junto à SME.

Uma primeira iniciativa para habilitar o professor para a linguagem cênica, foi o *Projeto Artur Azevedo*, entre 1975 e 1978. Foi criado a partir do I Encontro Nacional de Professores de AC, em Brasília, e realizado pelo Serviço Nacional de

Teatro / SNT, atualmente INACEM, em conjunto com o então Ministério de Educação e Cultura / MEC.¹

Este projeto visava especificamente os professores que vinham atuando na disciplina AC sem uma formação específica. No RJ foi organizado junto à Secretaria Estadual de Educação e Cultura, oferecendo cursos com a coordenação de Roberto de Cleto, onde atuaram profissionais de Teatro como: Hilton Carlos Araújo, Clóvis Levi, Tânia Pacheco, Maria Pompeu, Helena Barcelos, Ilo Krugli, José Luiz Ligiéro Coelho, entre outros.

Ainda que caracterizada como uma solução de urgência, o *Projeto Artur Azevedo* foi responsável pela implantação do teatro na educação, de forma pioneira e experimental, em algumas escolas da rede pública de ensino do RJ, a partir da segunda metade dos anos 70. Ao contratar atores, atrizes e diretores de teatro, possibilitou o contato dos professores com aqueles que realizam arte, podendo, com base no fazer arte, pensar e orientar os que buscavam preparação ou aperfeiçoamento em métodos de ensino-aprendizagem em AC.

Sendo aluna das oficinas, tive como Prof^a. II do Ensino Fundamental, meu primeiro olhar para a possibilidade de ensinar Teatro. Participava de cursos livres de Teatro e estava tendo minha primeira experiência profissional como atriz em 1975.

Em 1973, a Prefeitura do Rio de Janeiro realiza um grande concurso público para preencher vagas de Prof. I em diferentes disciplinas no seu quadro funcional. Evidente que não estava incluída as AC, mas, cientes da lei e do Art. nº 7, onde constava a obrigatoriedade e inclusão da Educação Artística, professores, caminhando com as próprias pernas, ousaram, começaram a lecionar Teatro dentro da escola, e fizeram suas experiências inovadoras dentro do espaço escolar.

Transcrevo os depoimentos de duas professoras que exemplificam o caráter experimental e de improviso que caracterizou a entrada do Teatro na Rede Pública Municipal de Ensino do RJ:

1º) - Professora de História -

Tomou posse na Rede Municipal de Ensino em 1977, e até 1982, lecionou OSPB e Moral e Cívica. Nas aulas de OSPB da 8ª série, propôs aos alunos encenar alguns episódios da História do Brasil em sala de aula. Alguns alunos propuseram organizar um festival de esquetes de temas variados.

A professora abraçou a ideia e mobilizou outras turmas, levando uns três meses nesta preparação. Os alunos correram atrás de troféus para os três primeiros colocados e os professores das outras disciplinas foram convidados a serem jurados. O Festival se transformou num grande evento e esta experiência marcou a trajetória pedagógica da professora: *“me deixou encantada com uma outra possibilidade metodológica e um outro caminho na educação.”*

No ano seguinte, a diretora divulgou uma circular sobre um Curso de Teatro para Profs. do Município do RJ, na Escola Municipal / E.M Georg Pfisterer, no Leblon. Assim, deu início a sua FC em AC em 1983, se tornando em outro momento parte da equipe de AC no nível central.

¹ Em 15/03/85 passa a se chamar Ministério da Educação / MEC, data em que foi criado o Ministério da Cultura / MinC, pelo decreto nº 91.144.

2º) Professora de Português –

Em 1980, ao entrar para a E.M República do Peru, no Méier, sobrou, isto é, o quantitativo de professores de Língua portuguesa já estava preenchido. Então, a diretora apresentou a possibilidade de dar aula de AC, e influenciada por uma amiga que já dava aula de Teatro na rede, aceitou a proposta da diretora e permaneceu na escola. Não tinha formação e foi procurar subsídios em Paulo Coelho, Hilton Carlos de Araújo e Augusto Boal.

No início, a coordenadora, diretora e colegas reclamavam do barulho e do deslocamento dos alunos da sala de aula para o auditório, e neste, que era enorme, da movimentação causada pelas atividades cênicas, estranhando a dinâmica da aula em roda e os alunos descalços.

Tinha problemas quando faltava algum professor de Língua Portuguesa, tinha que retornar para esta matéria, considerada mais importante. Acreditava na linha de trabalho do Teatro do Oprimido, e com as atividades do teatro, interessava estimular vivências educativas para a compreensão de melhores escolhas de vida e de convivência na escola.

A ausência de estrutura curricular oficial da disciplina AC, favoreceu a experiência desses professores, já que os objetivos e conteúdos pedagógicos ainda não estavam especificados, nem discutidos e definidos, a organização curricular não havia se cristalizado como nas outras disciplinas e na avaliação do aluno, os aspectos qualitativos sobrepujam aos quantitativos.

Depois de algum tempo, de buscas e caminhos, alguns professores, sentindo-se solitários, passam a se encontrar para trocar experiências e anseios. Buscam uma formação autodidata em cursos de Teatro, Dança e Expressão corporal, participando também, do Projeto Artur Azevedo.

Entre 1975 e 1979, a SME, através dos setores Departamento Geral de Educação / DGE e Serviço de Teatro e Cinema /DGC - passa a proporcionar espaços físicos e administrativos para os encontros e troca de experiências dos professores que atuavam com AC na Rede e os que atuavam com oficinas de Vídeo do Projeto Municine, constatando, a SME, naquele momento, que a inexistência de uma *formação* específica entre os professores da disciplina era um dos complicadores para o efetivo cumprimento da Lei.

Desses encontros foi se delineando o perfil desse profissional, lideranças se se firmaram e nasceram duas comissões, uma para tratar das questões político-administrativas (regulamentação do professor desviado de função e parcerias com Faculdades para a criação de cursos de graduação e/ou de especialização com pós-graduação em *lato sensu*) e outra, de caráter pedagógico, para tratar da organização curricular a partir de todo o estudo feito e dos saberes adquiridos pelo grupo.

Nesses encontros, os professores constataram a falta de um “Norte Pedagógico” para a disciplina. Isto por um lado era positivo, instigando o campo de experimentação, por outro negativo, uma vez não havendo um “currículo oficial”, as AC não eram respeitadas enquanto disciplinas autônomas, e professores poderiam ser remanejados para suas disciplinas de origem ou serem solicitados para servir de “apoio” às outras disciplinas.

A partir dessas constatações, as Profs.^a Leda Aristides, Laureana Conte e Neuza Navarro, resolveram aprofundar-se (em estudo nos horários de folga), da prática da disciplina, dos seus aspectos legais e das possíveis “brechas” que a “desorganização institucional”, causada pela novidade da disciplina, poderia oferecer.

O estudo, resulta em 1980, em dois encontros gerais, onde cadastram e convidam todos os professores que trabalham com AC para discutir questões comuns. Realizam-se então os Dois Primeiros Encontros Gerais dos Professores de AC do Município do RJ, na Sociedade de Belas Artes.

Como resultado desse movimento e suas reflexões, em 1982, a chefia do então Serviço de Teatro e Cinema do E/DGCT constatou a inexistência de documento que orientasse o trabalho do professor de Teatro, vide as diversidades de sua formação, cada professor caminhando ao seu jeito, sem nenhum Norte Pedagógico.

Surgiu então a necessidade de organizar um trabalho que, ao término, servisse de elemento saneador destas diferenças. Convocou-se uma reunião com professores de AC de comprovada experiência, e desta reunião surgiu o grupo de trabalho que durante nove meses pesquisou, discutiu e organizou tantas questões pertinentes ao seu ofício.

Foi então criado e publicado em 1982, o primeiro Documento Pedagógico Norteador das Artes Cênicas, intitulado “Caminhos das Artes Cênicas”², tendo como lema o mote de Antonio Machado “*caminhante não há caminho, o caminho se faz ao andar...*”.

Este documento traz em seu corpo considerações sobre a filosofia do ensino das AC e seus objetivos, cria o perfil desse professor, fala das condições de eficiência e infraestrutura para o exercício das aulas, e, finalmente, tece considerações sobre avaliação e currículo, oferecendo uma proposta de planejamento pedagógico.

Definiu-se, como linha de ação, quatro estágios para uma divisão de “Unidades de Trabalho” em vez de séries, designação para as outras disciplinas do currículo do 1º grau, visto que é facultativo sua coincidência com a seriação do currículo previsto adotado nas escolas. Se, por exemplo, uma turma vai iniciar o trabalho em AC, deverá partir do Estágio I, ainda que curse a 6ª ou 7ª séries nas demais disciplinas.

Define também, naquele momento, a qualificação do Corpo Docente:
DA HABILITAÇÃO:

Para o exercício das AC nas Escolas municipais, o professor, com formação de II grau e Licenciatura, deveria frequentar um dos cursos:

TEATRO NA EDUCAÇÃO – MEC/SNT/E/DGCT // BACHARELADO EM ARTES CÊNICAS – UNIRIO - // APOIO TÉCNICO DO E/DGCT – SERVIÇO DE TEATRO E CINEMA.

Poderia atuar também como professores da disciplina, aqueles que comprovassem exercício efetivo de um ano, no mínimo, no Município do RJ, desde que estabelecesse o compromisso de participar dos cursos de Teatro na Educação, oferecidos pelo Apoio Técnico do EDGT, a partir da entrada em vigor do documento.

² - Documento elaborado pelas professoras: Icléa Dias da Silva, Laureana Conte de Carvalho, Leda Martins Arisitides Fonseca, Maria Cristina Arantes da Matta, Neuza Navarro e Viviane Fernandes Brandão Reis Nascimento.

DO PERMANENTE APOIO TÉCNICO:

As autoras do documento defendiam a existência de um espaço-estudo e sua permanente renovação para uma melhor qualificação. O Apoio Técnico do E/DGCT oferecia contatos sistemáticos, num trabalho teórico-prático, entre professores da disciplina e especialistas em Arte/Educação e/ou profissionais ligados à Arte, onde o professor se mantinha continuamente aberto a novas propostas e caminhos.

Assim, propunham que o E/DGCT zelasse por manter um Apoio Técnico em AC, caracterizado por encontros semanais, divididos em dois níveis:

1º) BÁSICO DE ARTES CÊNICAS – dividido em duas partes: Iniciação e Complementação I – com duração mínima de um ano letivo, destinado a:

- Professores que desejassem iniciar-se no exercício de regência das AC nas Escolas Municipais e que ainda não possuíssem a habilitação mínima necessária ao desempenho da função, nem experiência nesse campo.

- Professores com experiência mínima de um ano em AC, no Município do RJ, sem possuírem entretanto, a habilitação necessária.

2º) RECICLAGEM – Com duração mínima de seis meses, destinava-se a professores de AC que já tinham concluído a etapa anterior e que buscavam maior aprimoramento em cursos que viessem a atender às suas necessidades específicas.

A demanda por aumento do quantitativo de docentes de AC, pequeno frente às outras Linguagens das Artes, resultou na necessidade de capacitar mais professores.

Então, a Equipe de Educação Artística do Departamento Técnico-Pedagógico da SME, em 1984, convidou os professores atuantes nas AC para participarem de um grupo de Formadores e pensar uma formatação de Curso que pudesse preparar novos professores para atuarem na disciplina, informando-os das teorias e das práticas já pesquisadas.

Assim, foram criados os *POLOS DE EDUCAÇÃO ARTÍSTICA*, que trabalhavam com todas as linguagens da arte, embora o foco central fosse as AC.

Tinham por objetivo geral, em 1985: perceber a prática profissional dos cursistas, instrumentalizando-os para que atuassem como transformadores da realidade social. Funcionaram durante cinco anos, se tornando um fórum natural de reflexão, análise e avaliação.

Os Polos foram distribuídos por oito Distritos de Educação e Cultura / DECs (atuais Coordenadorias Regionais de Educação / CREs) e estruturalmente divididos em: Iniciação, Complementação e Oficinas de Teatro.

A meta quantitativa dos Polos de Educação Artística, Iniciação, era para 360 alunos-mestre que poderiam ser Prof.I ou Prof.II e que tinham que perfazer um total de 120 h/ano de trabalhos distribuídos numa carga semanal de 3h, com dispensa de ponto pela SME/RJ.

Os Polos de Complementação surgiram da demanda dos alunos-mestre quando, ao concluírem a Iniciação, sentiram desejos de aprofundar certos conteúdos, principalmente aqueles que objetivavam a reflexão sobre as práticas sociais.

Sentiam necessidade de se embasarem mais teoricamente. Precisavam da leitura de textos e da reflexão sobre outros pensamentos, além das discussões sobre seus próprios textos. Tinha cada um, uma carga horária de 60 h, distribuída em 3h e 30 min. e atingiram a totalidade dos alunos-mestre dos Polos de Iniciação.

As Oficinas de Teatro tinham como público-alvo os professores optantes pelas AC e como pré-requisito a participação nos Polos de Iniciação e de Complementação. Propiciou ao grupo uma pesquisa cultural de criação de símbolos (compreensão do mundo), criação de objetos de cena (necessidades materiais) e criação de ideias (necessidades intelectuais).

Foi estruturada em Unidades Pedagógicas, Conteúdos e Procedimentos
Unidades Pedagógicas: Estrutura Teatral, História do Teatro Mundial, Texto Teatral, Universo Teatral (Montagens Teatrais de grandes autores).

Em 04/11/1985, mais uma conquista, a Publicação, em D.O da Portaria nº 120 do E/DGED, que dá direito de opção ao professor de outras disciplinas optarem pelo cargo de Professor de AC no novo quadro criado e só será reconduzido à disciplina de origem se assim o desejarem.

Em 1988, a conquista definitiva, a Publicação da Portaria que ALTERA para Artes Cênicas, no Quadro Permanente, a disciplina do Prof.I que optou por AC. Cento e Dezessete professores com origem em diferentes disciplinas fizeram sua opção permanente, formando-se assim o Cargo de Prof.I em Artes Cênicas, no Município do RJ, através do Decreto N 7443 de 29/02/1988.

Para este período de FC situado até 1990, faço uma contextualização com uma das competências para a atividade docente descrita por Perrenoud: “*Administrar sua própria formação continua*”.

Essa competência é, na realidade, a base de uma *autoformação*. Participar de um grupo de análise das práticas constitui uma forma de *treinamento*, a qual permite interiorizar posturas, procedimentos, questionamentos, que se poderão transferir no dia em que nos encontramos sós em nossa classe, ou melhor, ativo em uma equipe ou grupo de trocas.

A lucidez profissional consiste em saber quando se pode progredir pelos meios que a situação oferece (individualmente ou em grupo) e quando é mais econômico e rápido apelar para novos recursos de *autoformação*: leitura, acompanhamento de projeto ou aportes estruturados de formadores, suscetíveis de propor novos saberes e dispositivos de ensino-aprendizagem.

Com a formação da primeira turma em LP em AC na UNIRIO e o primeiro concurso público da Prefeitura do RJ oferecendo a disciplina AC no seu quadro funcional, a SME vai promover uma FC estruturada em novos formatos e enfoques, com a influência e subsídios das novas perspectivas para a metodologia e prática do Teatro na educação:

- Viola Spolin – Improvisação para o Teatro
- Jean-Pierre Ryngaert – “Jeu dramatique”
- Ana Mae Barbosa – Abordagem Triangular para o Ensino da Arte
- Augusto Boal – Teatro do Oprimido
- Amir Haddad - Teatro Tá na Rua.
- Criação da Federação de Arte Educadores do Brasil / FAEB (1987) – a participação dos professores de Arte do Município do RJ nos Congressos Nacionais de Arte/Educadores / ConFAEB a partir de 1988 proporcionou atualização com os novos enfoques e discussões sobre Arte.

Santana³, faz referência a um certo *renascimento* no ensino da Arte no Brasil e em outros países nos anos 90, registrando alguns indicadores mencionados por Barbosa no Encontro Anual da Associação de Arte Educadores de São Paulo em 1998:

- a nova LDB mantém a obrigatoriedade da Arte na educação básica.
- expansão na oferta de vagas em cursos de Licenciatura como repercussão imediata desse dispositivo da Lei, notadamente em instituições privadas.
- a divulgação de pesquisas alvissareiras em países com os quais não tínhamos contato até pouco tempo atrás, dando conta da contribuição que as Artes vêm dando ao ensino escolarizado.
- o crescimento do ensino de Arte nos EUA, onde a arte consta do currículo da quase totalidade dos Estados, ao passo que, há dez anos, apenas 6 ofertavam essa modalidade de ensino.
- o interesse crescente de renomados pedagogos e especialistas de outras áreas pelos aspectos práticos que encontram-se presentes no ensino de Arte, bem como nas possibilidades de reflexão que eles sugerem.

Destaco também a LDB que consolida a organização curricular, de modo a conferir uma maior flexibilidade no trato dos componentes curriculares, reafirmando desse modo o princípio da base nacional comum, Parâmetros Curriculares Nacionais / PCN⁴, consolidando-se a Arte enquanto área de conhecimento, através das linguagens inerentes às Artes Visuais, Dança, Música e Teatro.

Destaco ações que possibilita perceber essa nova estrutura de FC da SME:

No início da década de 90, a capacitação dos professores de AC era articulada pelo Departamento de Ação Pedagógica / DAP, vinculado ao Departamento Geral de Educação / DGED. Esse departamento foi responsável pela produção e publicação de dois documentos nos anos de 1991/92, com a equipe de Artes Cênicas sendo constituída pelas Profs.^a Maria Helena Lyra Filho e Tânia Maria de Queiroz, atuantes nos extintos Polos de Educação Artística. São eles:

1º) "*Fundamentos para Elaboração do Currículo Básico das escolas públicas do Município do RJ*"⁵:

Iniciado em 1983, na primeira gestão do Prefeito Marcello Alencar e concluído após quase oito anos de discussões. Foi organizado com a participação de professores por componente curricular, refletindo o trabalho conjunto desenvolvido em cada escola, nos órgãos regionais e no órgão central da SME. Outros profissionais das AC, não pertencentes ao quadro funcional da Prefeitura do RJ, também participaram, como Amir Haddad e João Siqueira, sendo a expressão de uma verdadeira experiência educacional de caráter coletivo.

Os componentes curriculares são apresentados em seu desdobramento vertical, do Jardim de Infância à 8ª série.

³ - SANTANA, Arão Paranaguá de. *Teatro e formação de professores*. São Luís/MA: EDUFMA, 2010

⁴ - Parâmetros curriculares nacionais : arte / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997, p 30.

⁵ A elaboração deste documento teve seu processo iniciado na gestão da Prof.^a Maria Yedda Leite Linhares e, posteriormente, desenvolvido pelos então Secretários de Educação, Profs. Maria Lucia Couto Kamache e Moacyr de Góes, sendo finalizado na gestão da Prof.^a Mariléa da Cruz.

2)º *Sugestões Metodológicas*⁶ – 1º grau - 1º e 2º Segmento(*Educação Artística- Artes Cênicas, Artes Plásticas e Música*) :

Continuidade da política de produção de material para subsidiar os trabalhos e as discussões dos profissionais, com textos teóricos, atividades e questões para reflexão, se propondo a concretizar objetivos e conteúdos relacionados nos Fundamentos, e contribuir para que a sala de aula se constitua num espaço de criação do aluno e do professor.

Indica também, que as atividades não se esgotam nelas mesmas, o professor poderá recriá-las, desdobrá-las, utilizando as variantes citadas ou criando outras. Trabalha no primeiro segmento com dois eixos metodológicos, Jogo e Texto, e no segundo segmento com a articulação de conceitos-chave, sempre visando a interdisciplinaridade.

Um novo projeto vai propiciar ações que envolvem capacitações na área de Artes, o Programa de Extensão Educacional Núcleo de Arte. Surgiu no antigo Departamento Cultural do Departamento Geral de Ação Comunitária / DGAC, da SME, a partir de um projeto piloto em 1992, realizado na E.M Prof.^a Dídia Machado Fortes, no antigo 15º DEC, hoje E/7ª CRE, com as oficinas de Dança, Música e Artes Plásticas. Após um período de experiência positiva, foi pensada a ampliação para outros espaços da cidade. Ampliado o projeto, surgiu a necessidade de sistematização, através da elaboração de um documento.

Este documento é redigido abrangendo as linguagens da Dança, Teatro, Música, Literatura e Artes Visuais, seus conteúdos e sua condução junto às oficinas artísticas, definindo o trabalho como de “ateliê livre”, priorizando o aspecto artístico, ficando a cargo da escola obrigatória, o pedagógico. Era dinamizado por um profissional (Prof.II ou Prof.I) que fosse de alguma forma um produtor de Arte.

O Projeto Núcleo de Arte é direcionado aos alunos da Rede Municipal de Ensino, no contraturno, onde os alunos inscrevem-se espontaneamente em duas oficinas diferentes, podendo trocar de oficina após um tempo de trabalho contínuo, e após a vivência em diferentes linguagens, julga-se que este aluno se sinta apto a optar por aquela em se expresse melhor artisticamente.

Com o aumento do número de unidades de extensão, foram realizadas mudanças de estrutura nos espaços físicos de cada Núcleo, equipando-os com as necessidades básicas para o funcionamento de uma oficina de arte: colocação de barras e espelhos, palco e bancadas, equipamento de som e luz, etc.

Em 1995, estavam criados e equipados seis Núcleos de Arte⁷ / N.A. O Programa expandiu-se, tornando-se uma política pública voltada para o trabalho de Arte na Rede, com dez Núcleos funcionado até 2012, quando por mudanças na política pública educacional, foram extintos dois Núcleos de Arte.

⁶ A elaboração deste documento teve seu processo iniciado na gestão da Prof.^a Mariléa da Cruz e finalizado na gestão da Prof.^a Maria de Lourdes Tavares Henriques.

⁷ Os Núcleos de Arte foram regulamentados pela Lei nº 2619, de 16 de janeiro de 1988.

Também em 1995, com uma nova estruturação da SME, foi criado o Projeto Linguagens Artísticas /PLA, responsável pelas diretrizes do ensino das Linguagens da Arte no currículo escolar do Ensino Fundamental, pela coordenação – implantação e implementação – do Programa de Extensão Educacional Núcleo de Arte - com coordenadores por cada linguagem artística, e pelo encaminhamento de projetos de produção artístico-cultural, junto aos alunos da Rede, cumprindo também um de seus objetivos, “Proporcionar espaços de capacitação para o professor”.

Com essa mudança o N.A começa a se tornar uma referência de pesquisa pedagógica do trabalho com Arte na Rede, se delineando para uma perspectiva pedagógica artística, em contraponto à proposta inicial de trabalho, que tinha o foco na vivência artística, com o “ateliê livre”.

As reuniões de Centro de Estudos / CE, tanto internas nos Núcleos, como gerais, envolvendo todas as Unidades de Extensão, passam a ser realizadas num dia fixo da semana. O CE torna-se um lugar de pesquisa e reflexões nas diferentes linguagens artísticas, ao proporcionar um espaço de troca de experiências, possibilitando a interdisciplinaridade e seus possíveis desdobramentos, com elaboração de propostas e diretrizes para um ensino de Arte com visões contemporâneas, entre as quais, a elaboração de um fio condutor anual que orientasse as práticas pedagógicas das oficinas.

O Projeto Núcleo de Arte, como um espaço de pesquisa e referência para o ensino da Arte dentro da Rede, torna-se também um espaço de FC, à medida que proporciona o enriquecimento do conhecimento artístico-pedagógico, seja na sua práxis, e em capacitações, como, por exemplo, as promovidas pela Coordenação Geral do PLA, onde por vezes, também envolvia o professor da grade curricular, incluindo Oficinas, Cursos e os Seminários de Linguagens Artísticas.

Os Seminários de Linguagens Artísticas, entre 1994 e 2002, tinham por objetivo, criar um espaço onde possibilitassem um processo permanente de discussão e reflexão, na busca de construção de novas propostas conjuntas.

Entre palestrantes participantes em seminários cito: Regina Márcia Simão Santos (Música), Isabel A. Marques (Dança) Mirian Celeste Ferreira Dias Martins (Artes Visuais), Lucimar Bello (Artes Visuais), Arão Paranaguá de Santana (Teatro) e o poeta Ferreira Gullar.

A partir de 2003, as ações de FC em AC passam a estar vinculadas ao E/DGED/DEF, Desenvolvimento Curricular/ Artes Cênicas, sob a coordenação das Profs.^a Liliâne Mundim e Lêda Aristides.

As ações passam a ser direcionadas especificamente para os Profs.I de AC, e envolvem cursos, oficinas, palestras, encontros e mala direta com material didático-pedagógico, buscando criar um *locus* de discussão coletiva, com a participação ativa dos professores.

Sob esta coordenação, entre 2003 e 2008, destaco as seguintes ações:

2003 – envio de questionário-pesquisa aos Profs.I de AC da Rede, para obter subsídios, objetivando a elaboração de um planejamento de questões específicas para esse corpo docente.

- material didático de apoio: conjunto de 22 pranchas de História do Teatro, organizadas pelos Profs. José Henrique e Liliane Mundim / apostila com referências históricas do Teatro e de gêneros teatrais – Liliane Mundim.

- *Mini-Curso de “Jogos Teatrais”* – Prof.^a Ingrid Koudela

- *Encontro com Professores I de Artes Cênicas – Mini Fórum* - trocar experiências através de discussão e apresentação de teses recém-defendidas na área de Teatro-Educação.

2004 - Material de Estudo, com textos de pesquisadores da área teatral:

- Maria Lucia Puppo (Além das Dicotomias), Marcos Bulhões (O professor como Mestre Encenador), Tatiana Motta Lima (A pesquisa prática do ator: reflexões de palco e sala de aula), Gilberto Icle (Teatro e Construção de Conhecimento), Ana Maria Amaral (Teatro de Formas Animadas) e Renan Tavares (Abordando Jean-Pierre Ryngaert).

- Curso de 6 módulos de abril a novembro - UNIRIO

1º Módulo – A Questão da Corporeidade – Prof.^a Doutora Denise Zenicola

2º Módulo - Prof. Doutor Adilson Florentino - aulas teóricas - novos paradigmas contemporâneos.

3º Módulo – Prof. Doutor Marco Bulhões - prática do Professor-Encenador - abordagem do processo colaborativo.

4º Módulo – Prof.^a Doutora Maria Lucia Puppo, da USP – prática e teoria do Jogo Teatral, com base no texto e nas suas múltiplas possibilidades.

5º Módulo – Prof. Doutor Narciso Telles - teóricos-pedagogos do teatro e suas abordagens metodológicas.

6º Módulo – Prof.^a Doutora Lucia Helena de Freitas – técnica do Teatro de Bonecos, sua construção e processo de manipulação.

2005 - Curso I – “O Processo de Encenação na Prática Pedagógica / Aprofundamento” – para professores com mais de 5 anos de Rede.

Curso II - “Teatro: caminhando pelo pedagógico” – para professores com menos de 5 anos de Rede.

- Textos de Material de Estudo: Prof. Adilson Florentino - “Teatro: Contemporaneidade e Educação” / Richard Schechner - “O que é Performance” e “Rasaboxes” / Zeca Ligiéro – “A Performance Afro-América”.

2006 - “A Pedagogia dos Grandes Mestres do Teatro Brasileiro I”

Palestra: A Estética do Oprimido – com Augusto Boal.

- Curso de Formação “A práxis do teatro na sala de aula/O Clown na Contemporaneidade”

Módulo I – “O clown na contemporaneidade” – Mario Bolognesi

Módulo II - “O ator de rua e suas performances” - – Bya Braga

Módulo III – “O ator e as máscaras” – Ana Carina Melo dos Santos

2008 - Cursos: - “Refletindo sobre a Prática Pedagógica em Teatro” – Profs.^a Leda Aristides e Monica Alvarenga.

– “O uso do texto dramático em sala de aula” – Prof.^a Monica Alvarenga.

Outra ação da Política de FC em AC adotada pela SME é a Semana de Minicursos no início do ano letivo – Orientação pedagógica no retorno dos professores às atividades do ano letivo. Informa as ações que a Rede tem realizado, e as que serão desenvolvidas, atualizando o corpo docente com metodologias recentes da pedagogia Teatral.

Um outro olhar de FC são as Mostras dos resultados dos processos cênicos que alcançaram uma concepção de produção artística dentro do universo da sala de aula. Neste espaço, o professor-encenador troca experiências de criações dramatúrgicas, soluções cênicas, criação de cenário, figurinos e adereços.

O Projeto N.A se afirma como um espaço de pesquisa em Arte, ao promover por iniciativa da coordenação do PLA, dos coordenadores ou dos Profs. de AC, Mostras de Teatro, propiciando o intercâmbio entre os Núcleos, a partir de 1997.

As Mostras de Teatro promovidas pelo E/DGED/DEF – Desenvolvimento Curricular/AC se realizaram entre 2005 e 2008, com um desdobramento do Curso de FC, onde os professores que participaram dos cursos passaram a ter um espaço fora da escola para apresentar sua produção cênica de sala de aula, a *Mostra de Fragmentos Cênicos*. Com critérios definidos, além de integrarem alunos e professores, tinham por objetivo também incentivar e exercitar o espectador crítico.

Foram realizadas nos seguintes espaços culturais: Teatro do Jockey (2005), Teatro Gonzaguinha, no Centro de Artes Calouste Gulbekian (2006) e Teatro SESI (2007 e 2008).

Um novo formato de projeto para apresentar a produção pedagógica dos professores junto a seus alunos é criado em 2010: *“Conexão das Artes”*. Equipes das diferentes linguagens artísticas da Coordenadoria Técnica da SME se unem: Artes Cênicas, Música e Artes Visuais.

Neste exercício do professor de AC na Rede Municipal há o registro dos momentos em que teve a oportunidade de exercitar seu lado artístico nesta função. Abordarei nesta Comunicação o Projeto de FC estruturado em 2011 pela Prof.^a Leda Aristides, fruto do amadurecimento das experiências anteriores, com apoio e autorização da Coordenação Técnica da SME.

Este Projeto é composto de dois Módulos, o primeiro com Fundamentação prática e teórica, e o segundo com Montagem Cênica – criação coletiva de produto artístico-pedagógico com orientação de profissionais da área do Teatro, chamado *“Espetáculo-aula”*.

Avaliando a contribuição e permanência da FC como política de aperfeiçoamento da prática docente, cito depoimentos de professores que têm participado com frequência das ações de FC da SME:

- A FC propicia a atualização de conceitos e ideias, dinamiza sua aplicação em seu espaço de atuação, como também favorece ao profissional um momento para autoanálise e autorreflexão sobre sua prática no contexto em movimento.

- Acrescento que os professores de AC desse município sempre receberam mala direta do órgão central, para participar do processo de construção de ações pedagógicas, gerando uma rede de professores protagonistas nas capacitações e/ou elaboração da matriz curricular de nossa disciplina.

- Com a F.C, os professores de A.C conseguem se inflar de novas ideias e esperança, reafirmando a potencialidade da disciplina ao se encontrarem e trocarem tanto as experiências boas, quanto as ruins.

- Para mim foi um divisor de águas participar da capacitação. Recém chegada ao município não tinha com quem “trocar” figurinha. Eu era a única professora de A.C na minha escola. Senti necessidade de encontrar os meus pares. A insegurança e dúvidas sobre o que vinha fazendo em sala de aula me preocupava. Nos fortalece mais enquanto professores, ouvirmos os relatos dos colegas e sabermos que estamos no caminho certo.

Nesta Comunicação me ateno até o ano de 2014, limite de minha pesquisa na Dissertação de Mestrado, realizada com fontes oriundas de arquivos pessoais, do N.A Copa e em história oral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PERRENOUD, Philippe. *Dez novas competências para ensinar*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SANTANA, Arão Paranaguá de. *Teatro e formação de professores*. São Luís/MA: EDUFMA, 2010.

TAVARES, Renan (org.) *Entre Coxias e Recreio: recortes da produção sobre o ensino do teatro*. São Caetano do Sul, SP: Yendis Editora, 2006.

-----*Teatro, educação e cultura marginal dos anos 1970 no Brasil*. São Caetano do Sul, SP: Yendis Editora, 2009.

DOCUMENTOS:

Caminhos das Artes Cênicas. Departamento Geral de Cultura / SME, 1982.

Documentos Pedagógicos: Programa de Extensão Educacional / SME, 2005.

Fundamentos para Elaboração do Currículo Básico das Escolas Públicas do Município do RJ. / SME, 1991.

ARISTIDES, Leda. Prêmio Anísio Teixeira /2005 /SME/CREP – *A Construção de um Currículo no Caminho das Artes Cênicas 1975-1978*.

Sugestões Metodológicas – 1º grau – 1º e 2º segmentos : Subsídios para elaboração do Currículo Básico das Escolas Públicas do Município do RJ / SME, 1992.

CURRÍCULO

Elizabeth Corrêa

Formação: UNIRIO - Cursos de Bacharelado, Licenciatura e Mestrado Profissional em Artes Cênicas. Funções na SMC do RJ: Coordenadora de Projetos Culturais e de Curso de Teatro. Professora regente de AC na Prefeitura/RJ desde 1990, lotada no N.A Copacabana desde 2001. Atriz na Cia. Viva de Teatro da Prefeitura/RJ desde 2011.

Currículo Lattes: Lattes.cnpq.br/3639378690118426